

GRAMSCI, OS INTELLECTUAIS NA GEOGRAFIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

GRAMSCI, INTELLECTUALES EN LA GEOGRAFÍA POLÍTICO-PARTIDISTA Y LA CIVILIZACIÓN BRASILEÑA

Ricardo José de Azevedo Marinho¹

Vagner Gomes de Souza²

Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca³

RESUMO

O artigo aborda, partindo do aporte de Gramsci (1891-1937), a situação atual dos intelectuais na geografia político-partidária na civilização brasileira estabelecendo algumas distinções. Do *continuum* proposto por Norberto Bobbio (1909-2004), que vai da extrema direita à extrema esquerda, distinguem-se as esquerdas e seus intelectuais nas suas inúmeras matizes como neojacobina, reformadora e radical. Aponta-se que mesmo quando as fronteiras entre elas nem sempre são claras, eles têm visões muito diferentes sobre questões fundamentais relacionadas ao valor da democracia e as liberdades individuais. Além de investigar as razões do surgimento dos diferentes tipos de esquerda e seus intelectuais as diferenças entre cada experiência, finalmente aprofundamos os traços fundamentais da perspectiva reformadora, aquela que se define por aspirar a alcançar sociedades mais sustentáveis, onde a liberdade fala em nome da igualdade e igualdade fala em nome da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Americanismo, esquerda, igualdade, liberdade, república, democracia.

RESUMEN

El artículo discute, a partir de la contribución de Gramsci, la situación actual de los intelectuales de la geografía político-partidista en la civilización brasileña, estableciendo algunas distinciones. Del continuum propuesto por Norberto Bobbio, que va de la extrema derecha a la extrema izquierda, la izquierda y sus intelectuales pueden distinguirse en sus innumerables matices, como neojacobina, reformadora y radical. Se señala que aun cuando los límites entre ellos no siempre son claros, tienen puntos de vista muy diferentes

¹ Professor do Instituto Devecchi, da Unyleya Educacional e da UniverCEDAE. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: ricardo.marinho@cedae.com.br

² Professor das Secretarias Estadual e Municipal do Rio de Janeiro - SME - Rio de Janeiro e SEEDUC - Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Editor do BLOG VOTO POSITIVO. E-mail: vgsouza@bol.com.br

³ Professor do Colégio Inovar Veiga de Almeida - Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: pscpda@yahoo.com.br

sobre cuestiones fundamentales relacionadas con el valor de la democracia y las libertades individuales. Además de investigar las razones del surgimiento de diferentes tipos de izquierda y sus intelectuales, las diferencias entre cada experiencia, finalmente profundizamos en los rasgos fundamentales de la perspectiva reformadora, aquella que se define por aspirar a lograr sociedades más sostenibles, donde la libertad habla en nombre de la igualdad, y la igualdad habla en nombre de la libertad.

PALABRAS CLAVE: Americanismo, izquierda, igualdad, libertad, república, democracia.

INTRODUÇÃO

É conveniente esclarecer logo no início destas linhas ensaísticas que as distinções que trataremos aqui não se referem a diferenças semânticas dos conceitos indicados nesse extenso título que obviamente existem, mas aceitando o uso próximo as sinonímias que adquiriram no debate público e procuraremos analisar as realidades que eles, no seu conjunto, pretendem abranger.

Afirmamos que os conceitos muitas das vezes não revelam as coisas que estão cobertas e que podem ser muito diferentes, e essas diferenças às vezes também são contraditórias e mesmo parcialmente opostas.

Quando olhamos com Gramsci (Partido Socialista Italiano - PSI depois Partido Comunista Italiano - PCI, pelo qual foi deputado no Reino de Itália de 1924-1926) os intelectuais na geografia político-partidária da civilização brasileira não podemos deixar de dizer que houve época em que se escrevia sobre o Brasil e os que o faziam eram a *intelligentsia* que sempre teve compromissos expressos na vida pública como Jorge Amado (1912-2001) no Partido Comunista Brasileiro - PCB (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1948), Nestor Duarte (1902-1970) na Esquerda Democrática (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1947), Gilberto Freyre (1900-1987) na Esquerda Democrática (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1950), Caio Prado Jr. (1907-1990) no Partido Democrático (PD) e depois no PCB (constituente e deputado do Estado de São Paulo de 1947-1948) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e depois Partido dos Trabalhadores (PT).

Começaremos analisando alguns pontos de vista teóricos que nos permitem primeiro distinguir as geografias político-partidárias da esquerda, centro-esquerda e outras formas progressistas em relação com aquelas que dizem respeito à direita, bem como a centro-direita e o conservadorismo.

SEM TEORIA CIVILIZATÓRIA BRASILEIRA, NÃO PODE HAVER MOVIMENTO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO

Sartori nos diz que a esquerda é a política que tem à ética como referência e rejeita a injustiça. A esquerda está marcada pelo altruísmo e a direita pelo egoísmo. Embora ele aponte que devido à *heterogênesse dos fins*, nos termos de Hegel, o egoísmo pode subitamente favorecer o bem comum e o altruísmo (com a melhor das intenções) causar danos gerais. Aponta, além disso, por causa de seu fundamento altruísta, que a esquerda tem uma demanda maior pela ética e menos perdão à corrupção quando no poder (Sartori, 2021).

Bobbio, cuja elaboração política é inteiramente permeada por sua reflexão sobre a necessidade de combinar inegavelmente liberdade e igualdade, ele nos propõe em *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política* (2012) um *continuum* que vai desde a visão da extrema esquerda, onde a liberdade é esmagada pelo autoritarismo igualitário, e até mesmo à extrema direita, que se caracterizam por seu duplo caráter autoritário e anti-igualitária, produzindo, entre os dois extremos, posições menos polarizadas como os defensores da liberdade de centro-esquerda e tendentes à igualdade e um centro de direita que é a favor da liberdade, tendo uma vocação menor para a igualdade.

A definição dessas categorias, como em toda sua reflexão envolvida, não é feita a partir de visões absolutas, mas relativas.

Por isso, quando se atribui maior sensibilidade à esquerda para reduzir as desigualdades, não se atribui a ela uma aspiração absoluta por um igualitarismo totalizador e nem tampouco à direita uma vontade obstinada de conservar todas as desigualdades.

O livro é uma rebelião moral e política contra o que ele via como um desarmamento moral da esquerda como resultado do fim abrupto do mundo soviético, da emergência do pensamento neoliberal e das dificuldades que o Estado de bem-estar começava a ter. Isso o incomodava, ao ver o estupor da esquerda numa espécie de rendição à moda da época, uma acomodação, até mesmo um relaxamento da tensão moral e aí ele recoloca veementemente a validade da diferença entre esquerda e direita.

Comentando o livro de Bobbio, Anthony Giddens, talvez o teórico mais exigente e iconoclasta em matéria de renovação na esquerda europeia, levanta: “Embora o que está “na esquerda” ou “na direita” possa mudar, ninguém pode estar à direita e à esquerda ao mesmo tempo” (Giddens, 1999).

Se voltarmos nosso olhar para a Ibero-América, devemos ser antes de tudo cuidadosos com definições muito amplas. Tal como se generalizou com certa imprecisão que os anos 1990 foram uma “virada à direita”, houve uma inexatidão similar só que oposta na qualificação dos anos subsequentes de uma “guinada generalizada para a esquerda”, pelo menos para o que se tem chamado hoje de esquerda e afins no singular, sem aprofundar as diferenciações entre as esquerdas muito diversas.

O primeiro elemento paradoxal é que essa virada parece se cristalizar precisamente nos anos em que a Ibero-América vai bem, entre 2003 e 2008. Anos de forte crescimento, que para compará-lo em sua história, seria necessário traçar nada menos que 40 anos. Esse crescimento com melhor qualidade também teve melhorias nos indicadores sociais, principalmente no emprego e na diminuição momentânea da pobreza e indigência, e naqueles anos (que não é menos importante em nossa fragilíssima história democrática e ainda mais débil republicanamente) a democracia eleitoral era a norma.

Essa mudança produzida, embora menos geral do que parecia e mais diversificada, é menos paradoxal se considerarmos os anos anteriores à dita guinada supostamente bombástica nas análises equivocadas ausentes de críticas ao americanismo (no dizer de Gramsci) da ciência política que aqui se faz. Nesta experiência então, livre desse entulho nada analítico, parece mais claro como um efeito retardado dos resultados medíocres de anos anteriores.

De fato, a década de 1990 e os anos iniciais deste século foram marcados por uma forte hegemonia do pensamento econômico que vê o mercado como enteléquia, com um contrapeso insuficiente do que se tem chamado de esquerdas e afins de uma visão mais aberta e de progresso planetário inclusivo como a transformação produtiva do mundo com equidade naquilo que poderia ser traduzido como um programa da esquerda, centro-esquerda e outras formas progressistas.

Mesmo quando parecia haver exceções parciais naqueles anos, como o Brasil, não havia nenhuma tendência de longo prazo com sucessos relevantes na economia, no social e na política sob a égide de governos apoiados por uma coalizão de centro-esquerda (Partido da Social Democracia Brasileira & Partido da Frente Liberal - PSDB-PFL, PT & Partido Liberal - PT-PL, PT e Partido Republicano Brasileiro - PT-PRB e PT & Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PT-PMDB), que pudessem fazer eles se diferenciarem do resultado medíocre da região (Castells, 2019).

Esse saldo insatisfatório de um período prolongado acabou produzindo em 2018 uma profunda frustração, um ceticismo, não só em relação à democracia, mas, sobretudo, em relação aos resultados econômicos e sociais que dela se exigem, uma percepção de exclusão de grande parte da cidadania, uma visão da globalização nada inclusiva (que de fato assim aconteceu), prejudicial à maioria e uma visão crítica dos governantes vistos como distantes e quase sempre corruptos (Castells, 2018).

A persistência de crises internas e externas (1997, 2001, 2008, 2016) foi acompanhada no Brasil por uma verdadeira prova permanente ao sistema político e uma amarga rejeição dos partidos políticos existentes.

Foi assim que tanto as eleições de 2018 realizadas no final desse período medíocre e volátil quanto às realizadas no período da guinada supostamente bombástica, que terminou com um impeachment em 2016, foram marcadas por um espírito rebelde e mudança política como em 2013, que felizmente assumiu o caminho eleitoral, em meio a crises ameaçadoras com desfechos violentos que infelizmente nos acometeram em nossos 200 anos de história.

Consequentemente, o que se generalizou foi à mudança e a mudança por meio de eleições. A redução dessa mudança a um único tipo parece exagerada, ainda mais se considerarmos as eleições presidenciais mais recentes, onde a maioria dos candidatos do centro a direita venceu. Uma vez que em 2018 destacou-se a expressão do “voto ressentido” numa democracia republicana em risco (Souza, 2019).

No entanto, essa visão é comum fora da região, seja nos EUA ou na Europa, de perspectivas ideológicas muito diferentes. Nos Estados Unidos da América, por aqueles setores que continuam a ser influenciados pela lógica de Carl Schmitt (1888-1985) amigo-inimigo que seguiu na Guerra Fria, e na Europa por aqueles que têm uma nostalgia insuperável de Régis Debray e daí de uma América Latina turbulenta, excitante e de alto risco, de emoções fortes para eles e, para nós, experiências trágicas.

Antes de entrar ainda mais nos detalhes, é conveniente um banho de realismo. Nem todas as mudanças tiveram orientações radicais: o México, tal como no Brasil, onde esses países constituem mais da metade da população ibero-americana e cerca de 70% do seu produto interno bruto (PIB), aparecem quando bem compreendidos num móvel moderado do *continuum* de Bobbio, entre a centro-esquerda e centro-direita.

Uma trilha interessante e diplomática é a fornecida por Alain Rouquié, que caracterizou os governos brasileiros de 1995 a 2018 como desenvolvimentistas sociais e não rumo a uma dita ruptura cujo objetivo seria responder a uma suposta demanda de reparação social e moral. O que aqui se passou foi à continuidade com mudança, com a construção de consensos para evitar a instabilidade político-econômica e consideraram que a modernização permitiria uma resposta eficiente às demandas sociais modernas (Rouquié, 2020).

Essa pontuação é interessante porque se baseia no percurso histórico peculiar que os precede e não em um mundo de opções infinitas e vontade pura. Sem cair em nenhuma cilada histórica, é preciso, ao examinar cada realidade, ver os rumos políticos, os tipos de agravos acumulados, de oportunidades perdidas, de responsabilidade ou irresponsabilidade das classes dirigentes deslocadas, os níveis de coesão alcançados e os níveis de desenvolvimento alcançados.

No entanto, compreender as diferenças históricas não significa ignorar ao menos um núcleo de demandas dos virtuosos binômios liberdade-igualdade e república-democracia que devem ser exigidos de um projeto político para ser considerado genericamente progressista civilizatório.

As experiências de redemocratização do Brasil no século passado sempre fizeram emergir o tema da Reforma Agrária. Tanto na recente redemocratização iniciada em 1985 quanto na de 1945 — ocorrida sob o impacto da vitória das forças do antifascismo (1939-1945) — observamos as tentativas de elaboração de uma transformação política e social no mundo rural de forma consensualizada. Essa perspectiva convergiu para a ampliação da cidadania no período de 1945-1964 no qual os direitos sociais instituídos na Era Vargas foram coroados pela conquista dos direitos políticos.

Ressalvadas as diferenças de conjunturas históricas dos dois momentos de redemocratização, assinalamos para a percepção da continuidade que, entre outros indícios, fez-se com mudanças de orientação da reforma na questão agrária. Portanto, a redemocratização de 1945 inaugurou uma longa travessia em direção de uma política de reforma agrária no Brasil; que iria se exaurir, no período que vai de 1954 a 1964.

Entendemos que a reforma agrária brasileira se constituiu como uma cultura política institucionalizada pela prática de afirmação da legalidade democrática-constitucional. Há uma forte relação entre o desenvolvimento dos direitos políticos pela via democrática e a incorporação do tema agrário como direito social; o que verificamos no debate político em torno da difícil e inconclusa conceituação da "função social da propriedade" já presente na Constituinte de 1946. A bancada comunista na Constituinte de 1946 introduziu no texto constitucional a subordinação do uso da propriedade ao bem-estar social (art. 147); porém a desapropriação só poderia ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro (art. 141, parágrafo 16), o que recolocava o debate do Império sobre as indenizações da Abolição (Duarte, 1953).

Nesses cenários, favoráveis do pós-1945 e logo soterrado e o especificamente difícil do pré-1964, inúmeros sujeitos políticos e intelectuais contribuíram para a apresentação de diversas propostas de transformação do mundo rural, que tinham em comum a adoção de medidas graduais de Reforma Agrária. As medidas configuraram a formação de um exercício gradual no encaminhamento de mudanças. Assim, consideramos a política agrária de Nestor Duarte como parte integrante dessa formulação

desse programa progressista civilizatório num continuum da política de frente. O intelectual baiano estaria além da geografia política do político de militância liberal-democrática no pensamento social brasileiro.

Ele ocupa um lugar interessante no que se refere à relação entre a transformação da representação política com uma mudança na fonte da subalternidade eleitoral dos pequenos proprietários, ou seja, a proposta do gradual enfraquecimento político do latifúndio. Essa sugestão de teorização da política em Nestor Duarte já se está presente em seu primeiro romance com grande peso na atualidade política brasileira, *Gado Humano* (Duarte, 1937).

A atuação política de Nestor Duarte na geografia político-partidária esteve em constante diálogo com o PCB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Ignácio Rangel (1914-1994), Josué de Castro (1908-1973) e tantos outros intelectuais que constituíram um campo político democrático. Sua interpretação pretende ampliar o foco de análise do processo de modernização no sentido de tornar mais dinâmica uma abordagem que vincule a sociedade agrária e a ordem política, o que se torna mais interessante ao verificar a manifestação do voto no mundo rural.

Outro intelectual que fez uma intervenção política no espaço público brasileiro foi o também baiano Jorge Amado. A questão do tema agrário esteve presente em suas obras dos anos 1930 e 1940 com pontos convergentes ao da linha política do PCB, como até inseriu temas que se tornariam fundamentais no mundo agrário antes da sua consolidação na academia, como os fenômenos do cangaço e do messianismo; e, além disso, ao elaborar a defesa de culto e da liberdade religiosa no país na Constituinte de 1946 conseguiu inserir a convergência entre a liberdade e a igualdade sem nenhuma amarra das instituições religiosas no quesito fé e que, ao mesmo tempo, pudessem esclerosar o processo de soerguimento das massas populares em prol de sua individuação, o que o tangência em uma chave de leitura da posta por Marx sobre o tema da religião e fé (Marx; 2010).

CONCLUSÃO

As distinções que fizemos naturalmente têm sobreposições e pontos de interseção na vida real. Apesar disso, as distâncias e diferenças são reais e às vezes exclusivas. Assim como você não pode ser à esquerda e à direita ao mesmo tempo, você não pode ser a favor e contra a república e a democracia ao mesmo tempo.

Diversidade e debate são bons, e é justo ressaltar que o programa progressista civilizatório brasileiro não pode e não deve ser absolutamente homogêneo, embora também não possa ser uma espécie de salão do faroeste onde alguns caubóis míticos e não históricos como demonstrou Eric Hobsbawm (1917-2012) no seu livro póstumo de 2013, impondo a lei pela velocidade com que saca suas armas, ou o que quer que seja.

Entre os paramos e a lei da selva há um amplo espaço de possibilidades políticas, com debate, república, regras do jogo democrático, com espaços de crítica e ação coordenada e projeto coletivo.

É legítimo apreciar a obra construída com olhos mais ou menos críticos; isso dependerá das diferentes sensibilidades, do local de onde ocorrem as mudanças e até dos traços de caráter.

Nada disso deve ser um obstáculo para, ao final do debate, agir de maneira concordante e leal.

Gostaríamos de concluir apontando alguns elementos que nos parecem essenciais para que o espaço progressista civilizatório brasileiro reformador se torne uma força principal e duradoura.

1) A primeira é a adesão ativa dos intelectuais e dos partidos e sem concessões à república e à democracia em suas dimensões processuais. Aquela caracterizada pela realização regular de eleições livres, institucionalizadas e competitivas, bem como a validade das liberdades políticas como opinião, expressão, associação, movimento, acesso a meios jornalísticos não monopolistas e afins. Caracterizado em suma, porque as maiorias, seja qual for o seu tamanho, respeitam a minoria e onde estes podem, por sua vez, tornar-se maioria. Este, e não as políticas econômicas ou sociais é o ponto decisivo da intransponível diferença entre o critério de interpretação de Gramsci como baliza da proposta progressista civilizatória e uma versão neojacobina que maltrata esses princípios.

2) A segunda é à distância das exclusões: nem desista da liberdade em nome da igualdade nem da igualdade em nome da liberdade.

A convicção de que viver em sociedade exige sacrificar a liberdade individual, levando em conta a presença do outro, desenvolvendo a solidariedade do gênero humano. Igualdade também não é absoluta e muito menos de uniformidade, de ausência de diversidade. De uma perspectiva progressista civilizatória, é necessário um compromisso persistente para alcançar uma sociedade mais justa, para igualar oportunidades, para garantir um mínimo civilizacional para todos. Isso requer uma esfera pública com capacidade e vontade de agir, de tornar realidade as liberdades positivas e o cumprimento progressivo dos direitos econômicos e sociais. Como aponta Rosanvallon (2013) uma política de esquerda para uma sociedade de iguais deve ser sempre uma política ativa de intervenção e de não aceitação da força das escolhas.

3) A terceira é a abertura e curiosidade sobre o que é novo, a vontade de sempre corrigir o que foi feito. Isso não significa desvalorizar o que foi feito, mas entendê-lo como um passo em um longo caminho. Esse ensinamento de Marx demorou a ser compreendido por tantos. Gramsci vai chegar a ela no cárcere e nos deixara reflexões riquíssimas sobre essa conquista.

É a solidez do que foi conquistado que nos permite pensar criticamente sobre como seguir em frente.

É porque uma base sólida para o desenvolvimento equitativo é sempre construída num processo histórico de longuíssima duração, e que podemos pensar em fazer coisas diferentes e novas para avançar.

Na experiência brasileira recentemente interrompida, há muitos exemplos. Sem ter removido todas as probabilidades de retrocesso, os enclaves mais indignos nos nossos 200 anos ainda não foram purgados. Sem sair do atoleiro da educação que se encontra assim desde a promulgação da Constituição, a qualidade da educação só pode ser colocada como eixo do debate com a Lei Darcy Ribeiro (1922-1997) de 1996. Sem ter dado os passos gigantescos e firmes na redução da pobreza, hoje uma sociedade mais igualitária poderia ser discutida como uma questão bem encaminhada. Sem ter avançado em um Brasil macroeconomicamente integrado as melhores práticas da economia

mundial, não será possível colocar a questão ambiental e as mudanças climáticas na agenda concretamente.

4) A quarta refere-se à ética da reforma. Ela é difícil. Não carrega consigo a vertigem da refundação, as vozes do épico e a duração de um momento excitado e curto para depois se transformar em opacidade, retórica distante da realidade, num “parlamentarismo negro” nas palavras de Gramsci. A ética da reforma deve coexistir com o que a sociedade delibera no binômio república-democracia, inclusive o mercado que antecede a sua apropriação pelo sistema do capital, em tempos longos, sem épica nem epopeia.

Como aprendemos com o pessimismo da razão, acreditamos que, para evitar a decadência e a corrupção, é necessário o império objetivo de normas no dizer de Ronald Dworkin (2021) que minimizem a discricionariedade. Mais regras, então, para evitar abusos em um processo de mudança.

5) Uma reflexão final, ser adepto da civilização não significa banir o sonho. Mas você só sonha bem quando seus pés estão no chão e você trabalhou duro. Não abandonar o longo caminho da mudança e atolar-se em atalhos arriscados não significa renunciar a ideais.

Digamos com Max Weber (1864-1920), que não é suspeito de nenhum arroubo nos deixa a lição de que a política é um trabalho duro e lento com madeira dura, com uma combinação de paixão e bom senso. É, claro, inteiramente correto e confirmado por toda a experiência histórica, que o que é possível nunca teria sido alcançado se os indivíduos no mundo não tivessem tentado repetidamente o impossível.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política. 3ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOBBIO, Norberto. Autobiografia: Uma vida política. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, no. 2, p. 307-339, nov. 2007.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel (Org.) Outra economia é possível: Cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DUARTE, Nestor. Gado Humano. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

DUARTE, Nestor. *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

DWORKIN, Ronald. *O Império do Direito*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

FUKS, Mario. & MARQUES, Pedro Henrique. “Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018”. *Opinião Pública*, vol. 26, no. 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Joseph A. Buttigieg. Quarta capa de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Leandro Konder. Quarta capa de Norberto Bobbio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Orelha de Francisco de Oliveira. Quarta capa de Pietro Ingrao. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Luiz Werneck Vianna. Quarta capa de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Octavio Ianni. Quarta capa de Valentino Gerratana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Alfredo Bosi. Quarta capa de Giorgio Baratta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, C. & TURGEON, M., *Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro*. *Opinião Pública*, 21, pp.574-600, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. La sociedad de iguales. - 1a ed. - Buenos Aires: Manantial, 2012.

ROUQUIÉ, Alain. O extremo-ocidente: Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991.

ROUQUIÉ, Alain. O Brasil do Século XXI. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. L'Appel des Amériques. Paris: Seuil, 2020.

SARTORI, Giovanni. ¿Qué es la democracia? 2ª edición. Madrid: Taurus, 2021.

SINGER, André Vitor. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Vagner Gomes de. A sagrada política. Rio de Janeiro: Albatroz, 2019.

TAROUCO, Gabriela da Silva & MADEIRA, Rafael Machado. "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil". Revista de Sociologia e Política, vol. 21, n° 45, p. 149-165, mar. 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva & MADEIRA, Rafael Machado. "Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey". Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, Volume: 15, Número: 1, e24-e39, jan.-mar. 2015.

Recebido em 13 de janeiro de 2023

Aceito em 13 de janeiro de 2023

Editado em fevereiro de 2023